

ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA NA MÍDIA LOCAL: UMA ANÁLISE SOBRE O JORNALISMO DE SÃO BORJA

Juliana Alves Bral¹

Marco Antonio Bonito²

Resumo

Nesta investigação científica, a acessibilidade comunicativa é analisada em relação à mídia local da cidade de São Borja/RS; assim, foram ponderados contextos sociais, tecnológicos e jornalísticos, para entendimentos das faces do problema e problematizações teóricas, onde conceitos como acessibilidade comunicativa e cidadania comunicativa puderam proporcionar o alcance do objetivo proposto. O presente trabalho busca dar visibilidade às questões que envolvem acessibilidade comunicativa e, conseqüentemente, a promoção de Cidadania às Pessoas com Deficiência Múltipla Sensorial.

Palavras-chave: *Acessibilidade comunicativa; Jornalismo local; Pessoas com Deficiência sensorial; Cidadania comunicativa.*

INTRODUÇÃO

Cidadania e comunicação são dois conceitos que estão atrelados; através da comunicação efetiva é possível promover a Cidadania aos indivíduos. Entretanto, quando existe alguma barreira para que a comunicação seja eficiente os direitos do cidadão são feridos. Hoje, o jornalismo local são-borjense não atinge as pessoas com deficiência sensorial; há uma falha na transmissão de informações.

¹ Graduanda do 8º período de jornalismo da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). E-mail: julianabral.aluno@unipampa.edu.br

² Orientador do trabalho, Professor Doutor Adjunto da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, ministra aulas no Mestrado em Comunicação e Indústria Criativa do Programa de Pós-graduação stricto sensu (PPGCIC) da Unipampa e também nos cursos de graduação em Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade e Propaganda). E-mail: marcobonito@unipampa.edu.br

De acordo com o último censo realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2010, cerca de 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, seja ela sensorial, intelectual, física ou mental. Discussões sobre deficiência múltipla sensorial, suas características e estatísticas, além de trazer a discussão sobre o que é acessibilidade comunicativa.

O jornalismo regional local é composto majoritariamente por veículos impressos e radiofônicos e foram usados para objeto de estudo o jornal impresso Folha de São Borja e a emissora de rádio Fronteira. São apresentados durante o desenvolvimento do trabalho conceitos de Mídia Regional, Cidadania Comunicativa e Acessibilidade Comunicativa.

Levando em consideração as características do jornalismo regional, o modo do fazer jornalístico da mídia local e os problemas relativos ao cumprimento da Lei Brasileira de Inclusão. A execução desta pesquisa justifica-se pela tentativa de promoção de Cidadania às pessoas com deficiência a partir da perspectiva jornalística, além de atrelar a Acessibilidade Comunicativa ao jornalismo regional, que são temáticas mais pesquisadas e estudadas de forma distinta, mas aparecem neste trabalho juntas, pois ao unir as duas vertentes de pesquisa foi possível identificar onde e como o jornalismo local falha em tornar seus conteúdos acessíveis.

O QUE SÃO DEFICIÊNCIAS MÚLTIPLAS SENSORIAIS?

Entende-se por deficiência múltipla sensorial (DMS) o não funcionamento total ou parcial de algum dos cinco sentidos ou incapacidades intelectuais. Para a pesquisa em questão serão abordadas as deficiências que, de alguma forma, necessitam de recursos de acessibilidade para que a mensagem jornalística seja absorvida de melhor modo pelas pessoas com deficiência; neste caso, foram usados dados referentes à deficiência visual e auditiva para a realização do projeto.

No estudo apresentado por Josilene Pereira, em que faz uma revisão sistemática de teses e dissertações sobre definição de termos de deficiência múltipla e deficiência múltipla sensorial, ela afirma que:

[...] pode-se deduzir que a DMS será o resultado da combinação de uma delas associada a outros quadros de deficiências, transtornos e/ou comprometimentos de ordem neurológica, emocional, comportamental. Em outras palavras, sem a presença da deficiência visual ou auditiva, não se poderá considerar a possibilidade de uma DMS. (PEREIRA; OLIVEIRA; COSTA, 2021, p. 167)

O fato de uma deficiência visual ou auditiva estarem ligados a outros tipos de transtornos e/ou comprometimentos como citam as autoras, se dá por fatores socioambientais, de interação social e comunicação. Pessoas com deficiência não são incluídas na sociedade e por isso desenvolvem problemas do âmbito comportamental, emocional e neurológico, o que somados às deficiências auditiva ou visual, são chamados de deficiências múltiplas sensoriais.

ESTATÍSTICAS DA DEFICIÊNCIA

Segundo o último censo demográfico realizado em 2010, cerca de 24,94% da população residente em São Borja/RS possui algum tipo de deficiência sensorial (visual, auditiva, motora e intelectual); destes, aproximadamente 17% possuem algum tipo de deficiência visual ou auditiva, totalizando, em 2010, 10.474 pessoas.

Estes números se equiparam à média nacional, também de acordo com o Censo 2010, onde cerca de 25% da população brasileira possui algum tipo de deficiência. Somente no estado do Rio Grande do Sul, cerca de 2 milhões de pessoas possuem algum tipo de deficiência. Dentro desta estática, em torno de 1.900.634 possuem deficiência visual e 617.344 possuem alguma deficiência auditiva, podendo ser encontradas em graus moderados, graves ou totais.

Em 2013, foi divulgada a primeira Pesquisa Nacional de Saúde (PNS), estimando que a população com algum tipo de deficiência no Brasil seja em torno de 6,2%, tendo uma diferença de quase 18% em relação ao censo de 2010. A última PNS, divulgada em 2019, aponta como 8,4% a população de pessoas com deficiência no Brasil. Entretanto, os dados relativos a PNS não foram utilizados para a constituição desse trabalho, pois a metodologia utilizada para a realização da pesquisa, PNS, levou em consideração exclusivamente a classificação médica, excluindo a perspectiva social que foi adotada pelo censo do IBGE anteriormente.

ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA COMO UM PROBLEMA CULTURAL

De acordo com o Art.1º da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) a lei é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Na prática, nota-se um déficit

no cumprimento da lei e, principalmente, no âmbito da promoção de inclusão social e cidadania.

Pensando-se sobre acessibilidade comunicativa, é preciso citar a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2007

- “Comunicação” abrange as línguas, a visualização de textos, o braille, a comunicação tátil, os caracteres ampliados, os dispositivos de multimídia acessível, assim como a linguagem simples, escrita e oral, os sistemas auditivos e os meios de voz digitalizada e os modos, meios e formatos aumentativos e alternativos de comunicação, inclusive a tecnologia da informação e comunicação acessíveis;

-“Língua” abrange as línguas faladas e de sinais e outras formas de comunicação não-falada;

-“Discriminação por motivo de deficiência” significa qualquer diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência, com o propósito ou efeito de impedir ou impossibilitar o reconhecimento, o desfrute ou o exercício, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais nos âmbitos político, econômico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Abrange todas as formas de discriminação, inclusive a recusa de adaptação razoável;

-“Adaptação razoável” significa as modificações e os ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional ou indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que as pessoas com deficiência possam gozar ou exercer, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos humanos e liberdades fundamentais;

-“Desenho universal” significa a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados, na maior medida possível, por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou projeto específico. O “desenho universal” não excluirá as ajudas técnicas para grupos específicos de pessoas com deficiência, quando necessárias. (BRASIL, 2009)

Estas definições serviram para dar parâmetro às leis brasileiras, sendo constituídas sobre valores universais. A partir deste ponto, o Brasil assumiu a responsabilidade de preservar e desenvolver os direitos descritos na Declaração dos Direitos Humanos, tendo o compromisso de promover cidadania às pessoas com deficiência.

O decreto de nº6949, promulgado em 25 de agosto de 2009, conta com um artigo que fala sobre Liberdade de expressão e acesso à informação e propõem um conjunto de ações para que as PcD tenham seu direito à comunicação garantido:

- a) Fornecer, prontamente e sem custo adicional, às pessoas com deficiência, todas as informações destinadas ao público em geral, em formatos acessíveis e tecnologias apropriadas aos diferentes tipos de deficiência;
- b) Aceitar e facilitar, em trâmites oficiais, o uso de línguas de sinais, braille, comunicação aumentativa e alternativa, e de todos os demais meios,

modos e formatos acessíveis de comunicação, à escolha das pessoas com deficiência;

c) Urgir as entidades privadas que oferecem serviços ao público em geral, inclusive por meio da Internet, a fornecer informações e serviços em formatos acessíveis, que possam ser usados por pessoas com deficiência;

d) Incentivar a mídia, inclusive os provedores de informação pela Internet, a tornar seus serviços acessíveis a pessoas com deficiência;

e) Reconhecer e promover o uso de línguas de sinais. (BRASIL, 2009)

Apesar do decreto existir e ser uma forma de cobrança para que o acesso à comunicação ocorra de forma efetiva, empresas de comunicação continuam não levando em consideração as necessidades das pessoas com deficiência para ter acesso a informação diária.

Entendemos a acessibilidade comunicativa como um recurso da linguagem que, tecnicamente, substitui a barreira da informação que impede o acesso de pessoas com deficiências sensoriais (visual, auditiva, e/ou cognitivo) aos conteúdos. Além disso, a acessibilidade comunicativa é um elemento conceitual adequado para as narrativas multimídia de todos os tipos, sejam clássicos ou pós-clássicos (Herman, 1997), incluindo os meios de comunicação: literários, jornalísticos e de entretenimento que são os que mais nos interessam a priori. (BONITO, SANTOS; p. 148, 2020 - tradução livre)³

No artigo de Bonito e Santos, publicado no livro 25 Perspectivas do Ciberjornalismo, eles discutem o conceito de acessibilidade comunicativa e o determinam como sendo a oitava característica do jornalismo digital, sendo uma forma de inclusão às pessoas com deficiência ao acesso às notícias jornalísticas no ambiente digital.

Pensando-se sobre as perspectivas da acessibilidade comunicativa, Bonito (2016) afirma que “a prática da cidadania comunicativa se dá num processo em que se reconhece a comunicação como alicerce para o exercício da cidadania”. Neste ponto é entendido que promover a acessibilidade comunicativa para PcD é promover cidadania, é proporcionar o acesso à informação e inclusão destes indivíduos em lugares que ainda não possuem acesso.

³ Entendemos la accesibilidad comunicativa como un recurso del lenguaje que, de manera técnica, substituye la barrera informativa que impide el acceso de las personas con deficiencia sensorial (visual, auditiva, y/o cognitiva) a los contenidos. Además, la accesibilidad comunicativa es un elemento conceptual adecuado a las narrativas multimediales de todos los tipos, sean clásicas o postclásicas (Herman, 1997), entre ellas las mediáticas: literarias, periodísticas y del entretenimiento que son las que más nos interesan a priori.

CONTEXTO JORNALÍSTICO REGIONAL

Este projeto baseia-se em análises dos veículos jornalísticos e seus conteúdos na cidade de São Borja com as maiores audiências em seus respectivos segmentos (impresso e radiofônico). É preciso salientar que na cidade em questão existe um crescimento de veículos que fazem uso de sites e redes sociais com intuito de levar informação à população são-borjense, mas foram desconsiderados por essa pesquisa por não seguirem normas jornalísticas.

- **Folha de São Borja**

O veículo semanal, Folha de São Borja, foi escolhido como um dos veículos analisados neste trabalho por ser o veículo impresso de maior expressão e circulação dentro da cidade. Fundado em 1970 pela família Grisólia, proveniente de São Luiz Gonzaga e vendido posteriormente (1976) para Roque Andres, fundador da empresa Artes Gráficas São Borja Ltda. Roque administrou a empresa até 2020, quando faleceu; só se absteve da administração do negócio entre 1983 e 1992, onde ela ficou sob o comando de seu irmão, Renato Andres. Desde de 2020, a administração é feita por Humberto Andres, filho de Roque.

O jornal teve seu início com uma veiculação semanal, em 1982 passou a ser bissetimanal, depois voltou a ser semanal entre 1990 e 1992. Até o início da pandemia de coronavírus o jornal estava sendo veiculado duas vezes na semana, mas voltou a ser semanal pelas dificuldades enfrentadas.

O jornal Folha de São Borja possui um site para a veiculação das notícias, mas encontra-se com atrasos nas publicações. A distribuição do seu formato impresso sempre foi realizada do mesmo jeito: entregadores que levam os exemplares aos assinantes e venda nas bancas de jornal da cidade.

- **Rádio Fronteira**

Em 20 de outubro de 1984 foi oficialmente inaugurada em São Borja, a Rádio Fronteira FM. Segundo Pereira e Pippi (2007), o nome da rádio foi escolhido em homenagem a uma antiga rádio de São Borja, a Fronteira Sul AM, que foi fechada durante a ditadura militar. A emissora funciona na faixa de frequência 97.1 tendo um raio de alcance em torno de 70 km, chegando a atingir algumas cidades vizinhas como Santo Tomé, na Argentina.

Durante a realização da pesquisa houve tentativa de contato com a Rádio Fronteira para que pudessem compartilhar sua história e contribuir para a pesquisa, já que no campo “sobre nós” no site da rádio não existe nenhuma informação. Contudo, é preciso salientar que a Rádio Fronteira FM faz parte do mesmo grupo de comunicação que o Jornal Folha de São Borja, Empresa São-borjense de Comunicações Ltda (ESBC), que ainda possui outro veículo radiofônico, a Rádio Cultura AM.

PROBLEMATIZAÇÃO TEÓRICA

Segundo Jiani Bonin, problematização teórica se caracteriza pela “definição de uma rede de conceitos capaz de prover um marco compreensivo para o problema investigado”, ela ainda complementa que é um empreendimento fundamental pois permite realizar uma ruptura epistemológica, que é uma ação necessária para a construção de um problema científico.

Mídia Regional

Mídia é o conjunto de meios de comunicação existentes em uma área (RABAÇA & BARBOSA, 2001) e, por essa definição, o presente trabalho busca refletir criticamente acerca de Acessibilidade Comunicativa para pessoas com deficiência sensorial na mídia regional.

Existe uma grande diversidade e complexidade na produção de notícias por todo o Brasil e de acordo com Pamela Pinto (2013) o trajeto da mídia regional, ao longo dos anos, é constituído por dois segmentos:

1- grupos midiáticos da região sudeste, situados nas capitais São Paulo e Rio de Janeiro, são tidos como parâmetro de qualidade do fazer jornalístico.

2- grupos nomeados de super local. Supervalorização isolada de veículos e/ou grupos em determinadas áreas geográficas do país.

Com essa divisão, Pinto atentou-se em seu estudo para que ambas separem a mídia regional da mídia de referência nacional, com uma visão inferior e negativa.

Segundo Peruzzo (2005), o desenvolvimento das comunicações, principalmente através de grandes redes de televisão, acabou priorizando a centralização da produção de mensagens nos grandes centros urbanos, de onde passam a ser disseminadas por todo o

país. A centralização do conhecimento e do jornalismo contemporâneo e inovador, é integralmente presenciada nos grandes centros urbanos. O jornalismo regional ainda se apresenta de forma muito retrógrada, desde os seus veículos, até o que é noticiado e como é noticiado. Na cidade de estudo em questão, os principais veículos de comunicação são o jornal impresso e a rádio, ambos comandados pelo mesmo grupo. Cicilia Peruzzo comenta sobre mídia regional que:

No entanto, a produção local e regional nunca esteve ausente dos meios de comunicação, sejam eles televisões, rádios ou jornais. A televisão reserva espaço para a produção de programas locais, embora ele seja muito pequeno em relação ao número total de horas que ela fica no ar, além de ser destinado, majoritariamente, a noticiários. (PERUZZO, 2005, p. 71).

Com estes aspectos e grande déficit no fazer jornalístico local, torna-se evidente que não existe preocupação com Comunicação Acessível a pessoas com deficiência. Este fator não se restringe apenas a áreas rurais e/ou cidades de pequeno e médio porte; a ausência da comunicação acessível é perceptível em grandes centros urbanos e seus grandes veículos. O conceito de mídia regional está muito atrelado a um fazer jornalístico com participação ativa da população local. Segundo Peruzzo:

Com o desenvolvimento da globalização da economia e das comunicações, num primeiro momento, chegou-se a pressupor o fim da comunicação local, para em seguida se constatar o contrário: a revalorização da mesma, sua emergência ou consolidação em diferentes contextos e sob múltiplas formas. (PERUZZO, 2005, p. 70)

Sob esse aspecto é possível notar que apesar do desenvolvimento e da tecnologia terem alcançado inúmeros locais, eles não os atingem de forma igualitária. De acordo com dados do Atlas da Notícia (2022), ainda existem no Brasil cerca de 3200 desertos de notícia, que são lugares onde não possuem veículos jornalísticos, totalizando 18% da população sem acesso ao jornalismo local.

Pamela Pinto relata em seu estudo que “a correlação entre mídia regional e política é naturalizada, assim como a concentração midiática familiar presente nas regiões brasileiras” e, ainda acrescenta que os elos entre política e mídia ocorrem nos dois eixos, tanto nas grandes mídias de referência nacional como em mídias regionais. Entretanto, é mais comum em grandes centros urbanos que haja mais veículos de notícia, assim, é possível enxergar que cada veículo possui um posicionamento político e social diferente dos demais; tal fato que difere da mídia regional em sua grande maioria, e principalmente

nos veículos utilizados para essa pesquisa. Na cidade em questão, existem poucos veículos jornalísticos e estes são em sua maioria vinculados a um mesmo grupo empresarial, possuindo assim, os mesmos posicionamentos políticos, não existindo veículo com pontos de vista contrários.

ACESSIBILIDADE COMUNICATIVA E TECNOLOGIAS ASSISTIVAS

Tomando a Cidadania como um direito do indivíduo, é importante problematizar a falta de acessibilidade comunicativa nos meios de comunicação jornalística. Para Bonito o conceito de Acessibilidade Comunicativa

[...] deve ser compreendido como elemento essencial dos conteúdos jornalísticos digitais, por se tratar de uma característica técnico-conceitual fundamental para promover o respeito ao Direito Humano à comunicação e a cidadania comunicativa das pessoas com deficiência. (BONITO, 2016, pág 191)

Neste ponto de vista é possível identificar que só a implantação da acessibilidade comunicativa nos meios de comunicação não será suficiente para promover completamente a cidadania para pessoas com deficiência, porém, se posta em prática, a acessibilidade comunicativa facilitará o dia a dia de todas as pessoas que sofrem com essa falta de acesso a comunicação informativa diariamente.

Existem diversas leis que garantem o direito da pessoa com deficiência, porém não são cumpridas e não há fiscalização. O artigo Art. 67, da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência), no capítulo II da Lei nº 131.46 de 2015, diz que as empresas de telecomunicações devem garantir total acesso à pessoa com deficiência, disponibilizando legenda oculta, audiodescrição e janela de LIBRAS:

Art. 67. Os serviços de radiodifusão de sons e imagens devem permitir o uso dos seguintes recursos, entre outros:

- I - subtítuloção por meio de legenda oculta;
- II - janela com intérprete da Libras;
- III - audiodescrição.

Ao longo de todo capítulo II da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, intitulado “Do acesso à informação e à comunicação”, todos os artigos descritos propõem a melhoria do acesso à comunicação em relação à Acessibilidade

Comunicativa. Porém, é possível notar que a Lei está defasada e não atende às reais necessidades das pessoas com deficiência.

Consta na Declaração Mundial dos Direitos Humanos (1948) que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”. Esse trecho pode ser relacionado ao aspecto comunicativo, levando em consideração que a ausência de acessibilidade no jornalismo local fere o direito à cidadania pelas Pessoas com Deficiência. Quando não há acessibilidade, são produzidos ruídos na comunicação, dificultando a absorção das informações.

Recursos e serviços que contribuem para facilitar e propiciar acessos a pessoas com deficiência são chamados de tecnologias assistivas, elas promovem inclusão e autonomia a estes indivíduos. Radabaugh (2005) afirma que “Para as pessoas sem deficiência, a tecnologia torna as coisas mais fáceis. Para as pessoas com deficiência, a tecnologia torna as coisas possíveis”.

As Tecnologias Assistivas (TAs) possuem uma atuação importante no que diz respeito à inclusão e autonomia das PcD. De acordo com a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência o conceito de tecnologia assistiva possuiu uma abordagem interdisciplinar

Tecnologia assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzidas, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009, pág 6)

É preciso salientar que as TAs não se resumem a aparelhos tecnológicos, que poucas pessoas possam ter acesso, mas ideias e instrumentos que possibilitam e facilitam o dia a dia do usuário com deficiência ao acesso a conteúdos jornalísticos.

CIDADANIA COMUNICATIVA

O conceito de cidadania envolve a prática dos direitos e deveres de um indivíduo dentro de um Estado. Atrélendo este conceito à comunicação, é possível destacar que:

Sem comunicação, não há cidadania. Conforme as concepções de direito abstraídas da noção de cidadania e aplicadas à noção de comunicação

especificada, é possível trabalhar com a hipótese de que não existe cidadania, sequer como possibilidade, fora de um processo comunicacional que a viabilize, estabeleça e desenvolva. (SIGNATES e MORAES, 2016. p. 10)

Para os autores, comunicação e cidadania são conceitos inseparáveis, pois através da comunicação é possível promover esses direitos e deveres do cidadão, além de proporcionar desenvolvimento e inserir o pensamento crítico na sociedade. Ainda para Signates e Moraes, “cidadania é aquilo que estabiliza a comunicação, tornando-a virtuosa e, portanto, conferindo a funcionalidade social desejada”; com isso, garantir a cidadania dos indivíduos através da comunicação torna a vida em sociedade mais acessível a todos.

Levando em consideração o tema proposto, também é possível enfatizar que foi definido em Assembleia Geral das Nações Unidas 17 metas globais com objetivo de desenvolvimento sustentável no mundo. Contando com o Brasil como um dos participantes desse acordo, foi estabelecida a Agenda 2030, que é um plano de ação para promover uma vida digna a todos, com o intuito de transformar o mundo até o ano de 2030. Uma das metas estabelecidas é: até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, sexo, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra. Essa ação tem a finalidade de promover a cidadania a toda população mundial, o que vai de encontro com o objetivo deste projeto que é promover Cidadania às Pessoas com Deficiência por meio da Acessibilidade Comunicativa.

Maria Cristina Mata em seu texto “Comunicación y ciudadanía: Problemas teórico-políticos de su articulación” define o que é cidadania comunicativa como “[...] o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação pública” (tradução livre)⁴. Ela ainda acrescenta que a cidadania comunicativa condiz com a liberdade de expressão, aos direitos civis, ao acesso à informação e a práticas que garantem direitos no campo da comunicação.

Um ponto de destaque em relação a cidadania comunicativa é de que os indivíduos não se caracterizam apenas como audiência dos meios de comunicação, mas sim cidadãos que possuem direitos e deveres a serem cumpridos. Mata comenta ainda que a cidadania comunicativa excede a dimensão jurídica e alude à consciência prática, possibilitando a ação.

⁴ el reconocimiento de la capacidad de ser sujeto de derecho y demanda en el terreno de la comunicación pública

Pode-se definir que não há cidadania se não houver comunicação, como afirmam SIGNATES e MORAES (2006). Cercear um indivíduo de informação e, no caso de análise desta pesquisa, de informações jornalísticas é privá-lo de exercer o seu direito de cidadania comunicativa. Quando PcD múltiplas sensoriais são privadas do seu direito à cidadania, também desenvolvem problemas de interação e exclusão social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar de forma sintetizada a importância da acessibilidade comunicativa no meio jornalístico para promover a Cidadania para Pessoas com Deficiência Múltipla Sensorial. A introdução trouxe um panorama do assunto e do que seria desenvolvido durante a produção da pesquisa, mostrando ao leitor, como o assunto seria abordado e aprofundado. Neste capítulo inicial é possível enxergar o problema da falta de acessibilidade comunicativa na mídia, não só regional, mas como um todo.

Foram expostos os contextos sociais, tecnológicos e jornalísticos analisados na pesquisa. Segundo o IBGE (2010), quase 24% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, seja ela sensorial, intelectual, física ou mental. Assim como toda a população essa parcela “requer direitos à igualdade de condições e a equiparação de oportunidades [...], pois, pessoas com deficiências são, antes de tudo, seres humanos; que como quaisquer outras, com protagonismo, peculiaridades e singularidades” (COLLAR e MAIO, 2016). É possível compreender que esses três fatores expostos no capítulo transportam o leitor para a realidade pesquisada e descrita neste trabalho.

A problematização teórica traz uma perspectiva sobre os conceitos discutidos nesta pesquisa. Foi apresentado o conceito de mídia regional e como se dá o fazer jornalístico em pequenas localidades. Neste subcapítulo ainda foram expostos os conceitos de Acessibilidade Comunicativa (BONITO, 2015) e Cidadania Comunicativa (MATA, 2006); a partir deles foi possível entender e apontar que a falta de Acessibilidade Comunicativa interfere diretamente no direito de cidadania das PcD.

Desta forma, a execução deste trabalho acadêmico possibilitou entender e apresentar a importância da Acessibilidade Comunicativa e como ela influencia no cerceamento de direitos das PcD.

Os jornalistas precisam compreender que Acessibilidade Comunicativa é um direito das Pessoas com Deficiência. Negar ou dificultar a comunicação para uma pessoa, dentro

de uma sociedade de direitos, é o mesmo que tirar a cidadania deste indivíduo. Proporcionar inclusão e acessibilidade é promover Cidadania e respeito aos Direitos Humanos. A Lei de Acesso à Informação exige que veículos de comunicação tornem os seus conteúdos acessíveis, com o uso de legendas ocultas, janela de LIBRAS e audiodescrição.

Outra questão importante é entender que as ferramentas e tecnologias já existem, só precisam ser implementadas pelos veículos. Entender também que para pessoas surdas, a língua principal é a língua de sinais (LIBRAS), muitos não são alfabetizados em português e, por isso, um conteúdo escrito não é acessível para esse público.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006)

As ferramentas e recursos que a Tecnologia Assistiva propõem são com o intuito de proporcionar às PcD maior qualidade de vida, autonomia, inclusão social e independência, por isso utilizá-las no jornalismo se faz tão importante. Em relação ao jornalismo pode-se apontar o uso de ferramentas como audiodescrição, legenda oculta, janela de LIBRAS. É preciso salientar que o próprio Governo Federal disponibiliza softwares gratuitos que possibilitam a implementação técnica da Acessibilidade Comunicativa.

Por fim, como foi demonstrado ao longo desta pesquisa é preciso que, não só os jornalistas e veículos de comunicação, mas todas as pessoas enxerguem a necessidade de promover os direitos das pessoas com deficiência. Este projeto deu enfoque na mídia local de São Borja, mas ainda há muito a ser pesquisado, cobrado e, principalmente, posto em prática em relação à Acessibilidade Comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Sidney. Capacitismo: o que é, onde vive, como se reproduz. **As gordas**, 2015.

BRASIL. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 1948. Disponível em: <http://www.dudh.org.br/declaracao/>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BONIN, Jiani Adriana. Explorações sobre práticas metodológicas na pesquisa em comunicação. **Revista FAMECOS**, 15(37), p. 121-127, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.37.4809>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BONIN, Jiani Adriana. **Metodologias de Pesquisa em comunicação: Olhares, trilhas e processos**. [et al.]. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BONIN, Jiani Adriana. “Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação”. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* (Org.). **Metodologias da pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

BONITO, Marco. **A problematização da acessibilidade comunicativa como característica conceitual do jornalismo digital**. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/ancora/article/view/28307/0>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível: Mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil**. Tese (Doutorado em Comunicação). Universidade do Vale dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>. Acesso em: 28 jun. 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 28 jun. 2023.

CAMPONEZ, Carlos. **Jornalismo de proximidade**. Coimbra: Minerva, 2002.

MUNGUBA, Marilene Calderaro da Silva; VIEIRA, Ana Cléa Veras Camurça; PORTO, Chrystiane Maria Veras. Da Invisibilidade à Participação Social: Promoção da Saúde em Pessoas com Deficiência. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde** [on-line], v. 28, n.

4, p. 463-465, 2015. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=40846584001>. Acesso em: 28 jun. 2023.

COLLAR, Maria Izabel; MAIO, Eliane Rose. “Avanços e desafios das políticas públicas para pessoas com deficiência”. In: **Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE**. Curitiba: SEED – PR, 2018.

DUARTE, Jorge; BARROS, Antônio. **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KRIPPENDORFF, Klaus. **Metodología de análisis de contenido**. Barcelona: Paidós, 1990.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da metodologia científica**. 5.ed. São Paulo. Editora Atlas, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Métodos de Pesquisa em Comunicação: Projetos, Ideias, Práticas**. Edição Digital. Rio de Janeiro, Editora Vozes Ltda, 2018.

MATA, Maria Cristina. Comunicación y ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras: estudos midiáticos**, v. VIII, n. 1, p. 5-15, jan/abr. 2006. Disponível em: <http://www.revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/6113/3289>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MELLO, Anahi Guedes de. Deficiência, incapacidade e vulnerabilidade: do capacitismo ou a preeminência capacitista e biomédica do Comitê de Ética em Pesquisa da UFSC. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2016.

PALÁCIOS, Marcos. **Ferramentas para Análise de Qualidade no Ciberjornalismo (Volume 1: Modelos)**. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 2011.

PEREIRA, J. D. S.; OLIVEIRA, S. D. de; COSTA, M. da P. R. da. Definições dos termos deficiência múltipla e deficiência múltipla sensorial: uma revisão sistemática em teses e dissertações brasileiras. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 16, n. 1, p. 153–175, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/12883>. Acesso em: 28 jun. 2023.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Mídia regional e local: aspectos conceituais e tendências. **Comunicação & Sociedade**, São Bernardo do Campo, ano 26, n. 43, p. 67-84, 2005.

PINTO, Pamela Araujo. Mídia regional: nem menor, nem maior, um elemento integrante do sistema midiático do Brasil. **Ciberlegenda**, n.29, 2013.

RABAÇA, Carlos Alberto; BARBOSA, Gustavo Guimarães. **Dicionário de Comunicação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2001.

SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela. **A cidadania como comunicação**: estudo sobre especificidade comunicacional do conceito de cidadania. 2016.